

“RESPEITA AS MINA”: UMA DÉCADA DE CAMPANHAS EDUCATIVAS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA BAHIA

Data de submissão: 04/11/2024

Data de aceite: 02/12/2024

Vanessa Oliveira Cordeiro Silva

Psicóloga clínica (CRP 03/21228). Pós-Graduanda em Psicologia Analítica com ênfase em Mitologia, Contos e Arte pelo Instituto Freedom. Mestra em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo pela Universidade Federal da Bahia (PPGNEIM/UFBA). Coordenadora do Grupo de Trabalho em Relações de Gênero e Psicologia (GTRGP/ CRP-03).

Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti

Professora universitária e historiadora, Pós-doutoramento em Humanidades pela Universidade de Salamanca e pela Universidade de Coimbra. Docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, gênero e feminismo da Universidade Federal da Bahia. Investigadora associada ao Instituto de Sociologia da Universidade do Porto e ao CEAD-Universidade do Algarve

realizou-se uma pesquisa bibliográfica, seguida de pesquisa documental a partir dos materiais disponibilizados no site da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Bahia e análise de conteúdo de campanhas educativas vinculadas. Além de entrevistas semiestruturadas com agentes institucionais, da rede e de comunicação sobre o decênio (2011-21) marcador da criação e desenvolvimento de ações e agendas especializadas. Os resultados sugerem a importância de contribuições interdisciplinares e feministas na construção das campanhas publicitário-midiáticas de políticas para as mulheres sobre a temática investigada, com uso da interseccionalidade como ferramenta analítica.

PALAVRAS-CHAVE: Bahia, educação, mulheres, políticas públicas.

INTRODUÇÃO

RESUMO: Este capítulo tem como objetivo descrever agendas feministas no Tempo Presente no que se refere às ações educativas e preventivas delineadas na última década para políticas públicas especializadas e circunscritas ao Estado da Bahia. Em termos metodológicos,

“(…) as violências são cotidianas, brutais e compactuadas por alguns setores da sociedade, dentro de um cenário permeado de preconceitos e intransigências, banalizando e espetacularizando o que há de mais humano: direito à vida, à dignidade e à igualdade” (Cavalcanti e Silva, 2018, p. 115).

Os últimos cinquenta anos foram intensos na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas específicas para meninas e mulheres. No cenário brasileiro, as duas primeiras décadas do século XXI simbolizaram fortes avanços com as agendas políticas e conexões fundamentais entre movimentos sociais e governamentais. O surgimento dos Planos Nacionais e Estaduais seguidos da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres possibilitou a organização da rede de proteção e combate às violências de gênero e legislações específicas, as quais foram matizadas e promoveram ações educativas, combativas e punitivas.

A compressão da pluralidade que compõe as mulheres e as violências torna-se imprescindível para o enfrentamento do fenômeno. Portanto, a não naturalização dessas dinâmicas se constitui como passo essencial para oportunizar um olhar mais amplo e engajado para esse grave problema de saúde pública. Entre as décadas de 70 e 80, os feminismos foram considerados movimento político e social, cujo “(...) objetivo era mudar as condições das mulheres, reconhecendo que para isso precisaria mudar o mundo” (Fox Keller, 2006, p. 15). Tal contexto reforça a busca por igualdade, educação e agendas públicas promotoras de acesso à justiça social e à cidadania.

A associação de tecnologias, comunicação e educação social tem sido estratégias e instrumentos, especialmente a partir de ações educativas e preventivas matizadas com linguagens acessíveis e integradas aos marcos legais, consolidação de instituições e redes. A relevância da educação para e pelos Direitos Humanos deve ser foco em toda elaboração das políticas para as mulheres. O cenário de violências sobrepostas está delineado também na esfera pública (Cavalcanti, 2018).

Os silêncios que rodeiam o tema requerem atenção, por estarem cerceados de conspiração, ignorância ou familiaridade, combinando múltiplos fatores e facetas que encobrem o cotidiano velado dentro da vida familiar. A violência doméstica ocupa agendas desde 1980, demonstrando que tal fato não atinge somente famílias de determinadas classes sociais, regiões, religiões ou raça (Cavalcanti e Silva, 2021, p. 13).

Uma das estratégias de enfrentamento prevista pela Lei Maria da Penha defende que a assistência às mulheres deve ser prestada de modo articulado e seguindo os princípios e as diretrizes previstas nos dispositivos¹. Determina a criação de serviços especializados no atendimento dos casos e juizados de violência doméstica e familiar contra as mulheres em redes. Inclui “agentes governamentais e não-governamentais formuladores, fiscalizadores e executores de políticas voltadas para as mulheres, universidades, movimento de mulheres, entre outros” (SPM/PR, 2011, p. 12).

Ao acompanhar os trabalhos dos movimentos feministas Brasil nota-se como proporcionaram o desenho de espaços institucionais e políticas públicas a partir de uma atenta agenda de gênero, a qual foi motivada por organizações e/ou coletivos cujas

¹ Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso (SPM/PR, 2011).

metodologias de participação e ações de resistência política permitem trocas elementares para construção do que temos hoje. Vale ressaltar que as duas primeiras décadas do século XXI foram matizadas por pactos, agendas e planos.

O Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher foi lançado em agosto de 2007, como parte da Agenda Social do Governo Federal. Configurou-se como um acordo federativo entre o governo federal, os governos dos estados e dos municípios brasileiros para o planejamento de ações que estabilizassem a Política Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres através da implementação de políticas públicas integradas em todo Brasil (Brasil, 2011). Firmado o pacto, aconteceu a 3ª CNPM² (2011), consolidando o PNPM 2013-2015 com inserção maior dos temas sobre gênero em várias frentes do governo Dilma Rousseff.

Essa demanda faz parte também dos compromissos adotados pelos países-membros das Nações Unidas na Declaração do Milênio, levando em consideração melhorar a vida de todos/as habitantes do planeta até o ano de 2015. A ausência de autonomia das mulheres resulta de planos políticos excludentes e autoritários. Durante o mandato (2011-2016), a SPM recebeu maior protagonismo e liderança, proporcionando terreno fértil de discussões e ações para o enfrentamento às violências contra as mulheres. Em maio de 2011, foi criada a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/BA), através da Lei nº. 12.212.

Resultado de lutas feministas, confirma processo democrático e institucional, abrangendo duas áreas prioritárias: prevenção e enfrentamento das violências contra as mulheres; e promoção da autonomia das mulheres (Governo da Bahia, 2014). Com o tema “Mais direitos, participação e poder para as mulheres”, aconteceu a 4ª CNPM em 2016. Nesta edição houveram consultas nacionais com grupos colocados às margens da sociedade brasileira³, além de ser a primeira vez que jovens puderam apresentar demandas em conferência específica. A pluralidade teve vez e voz depois de anos de pautas elaboradas diante de desigualdades prevaletentes em território nacional.

Em 2021, aconteceu a 5ª CNPM⁴ com o tema “Garantias e Avanços de Direitos das Mulheres: Democracia, Respeito, Diversidade e Autonomia”. Ressalte-se que, em 2015, as secretarias de Políticas para as Mulheres e de Promoção da Igualdade Racial foram unificadas pela presidenta Dilma Rousseff. Consequentemente, forma-se o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (MMIRDH). Após o impeachment, foi extinto e recriado com o nome de Ministério dos Direitos Humanos (Silva, 2019). No período Bolsonaro (2018-2022), a pasta foi transformada em Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (Incluindo as políticas indígenas, por meio da Funai, antes vinculada ao Ministério da Justiça).

2 Disponível em: < <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/pnpm/publicacoes/anais-da-3a-conferencia>>. Acesso em 19 jan. 2023.

3 Mulheres transexuais, ciganas, com deficiência, indígenas, quilombolas e de religião de matriz africana (IPEA, 2015).

4 No site encontra-se apenas o texto base da Conferência. Disponível em: < <https://www.gov.br/participamaisbrasil/v-conferencia-nacional-de-politicas-para-as-mulheres>>. Acesso em 15 jan. 2023.

A última Conferência se deu nesse cenário político e de forte crise econômico-sanitária. Deve-se levar em consideração a estrutura social e as relações de opressões complexas. A lupa que foi colocada nesse fenômeno traduz um problema de saúde pública que possui interligação com marcadores como raça/etnia, gênero, classe, geração e outros (Lobo, 2020). A luta contra as violências não pode abdicar de uma crítica às que são promovidas e legitimadas pelo Estado, tampouco das reivindicações feministas dirigidas para instância reguladora da dominação e exploração política e econômica.

De acordo com Françoise Vergès (2021, p. 11) “Nesses últimos anos, o patriarcado neoconservador e neoliberal, que foi encarnado por diversos chefes de Estado (Donald Trump, Jair Bolsonaro, Matteo Salvini etc), impôs recuos drásticos aos direitos (...)”. Conquanto, reitera que tanto na vida pessoal, como no trabalho, as mulheres foram brutalmente oprimidas. Consequentemente, surgem questionamentos urgentes para tensionar os debates “Como enfrentar apenas uma parte dessas violências sem nos preocuparmos com as outras? Ainda podemos fingir não ver que se reforçam mutuamente e que aquelas que atingem diretamente as mulheres são fruto de uma sociedade violenta?” (*ibid.*).

COM E PARA MULHERES: METODOLOGIA DE APROXIMAÇÃO E RECOLHA DE DADOS

O artigo visa descrever agendas feministas no Tempo Presente no que se refere às ações educativas e preventivas delineadas na última década para políticas públicas especializadas e circunscritas ao Estado da Bahia. Como delimitação, atuações de agentes responsáveis e estratégias para o enfrentamento às violências contra as mulheres tendo campanhas publicitário-midiáticas da SPM-BA como acervo documental e analítico. O decênio 2011-2021 configura-se como marcador da criação e desenvolvimento de ações e agendas especializadas dentro de uma instituição governamental especializada e responsável por “Prevenir, Punir e Erradicar” (diretrizes constantes desde a Convenção de Belém, de 1994).

Como etapas metodológicas, levantamento e análise de documentos institucionais (Secretaria de Políticas para as Mulheres da Bahia - <http://www.mulheres.ba.gov.br/>), acessíveis entre 2020 e 2023, acrescidos de procedimentos empíricos (entrevistas e imagens publicitárias, compondo documentos audiovisuais e textuais que perfazem o período selecionado).

A publicidade pode promover causas sociais, além de transmitir informações para o combate de dilemas sociais através de campanhas específicas de comunicação pública (Nogueira; Simões e Sani, 2022). Diante do crescimento dos recursos midiáticos torna-se indispensável um estudo sobre a temática, levando em consideração que mídias tem o poder de ressignificar uma mensagem, influenciando na forma como as pessoas a apreendem. Por conseguinte, nota-se que não é uma mensagem neutra ou transparente -

possui cargas ideológicas, visões de mundo de um determinado grupo (Moraes; Ramonet e Serrano, 2013).

Em relação às campanhas analisadas, iniciamos com “Respeita as Mina no Carnaval” (Figura 1, 2012) expondo iniciativa do Governo estadual, por meio da SPM-BA com o objetivo de estimular o respeito, incentivar o Carnaval alegre e chamar atenção dos homens com comportamentos naturalizados de assédio. Já a Figura 2 (Campanha com foco na Masculinidade Tóxica, 2019) o foco estava na sensibilização da população para o combate à cultura machista.



Figura 1 - Campanha Respeita As Mina no Carnaval

Fonte: Site da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Estado da Bahia (2019)⁵



Figura 2 - Campanha com foco na Masculinidade Tóxica

Fonte: Site da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Estado da Bahia (2019)⁶

No desenho da pesquisa e para atingir os objetivos propostos, descrever modos e projetos institucionais foi o foco, observando campanhas publicitário-midiáticas, veiculadas no Estado da Bahia e compreendendo as secretárias Vera Lúcia Barbosa, Olívia Santana e Julieta Palmeira titulares da SPM-BA (2011-2022). Utilizou-se técnica de entrevistas semiestruturadas virtuais⁷, versando sobre políticas públicas, violências, campanhas publicitário-midiáticas e resultados das ações. Justificamos tal escolha por ser “(...) técnica interativa que oportuniza captar os sentidos construídos pelos entrevistados, registrando em sua pesquisa os valores atribuídos por eles ao aspecto ou contexto social em questão” (Cabral e Vieira, 2014, p. 121).

Com o escopo da aproximação com agentes integradas à Secretaria Estadual de Política para Mulheres (SPM), elegemos agrupamentos de responsabilidade, decisão e elaboração das campanhas, considerando técnicas e lideranças ao longo de todo o processo de desenvolvimento (desde elaboração até divulgação para público aberto). Baseadas

5 Disponível em: <<http://www.mulheres.ba.gov.br/2019/02/2293/Respeita-as-Mina-no-Carnaval-acoes-de-combate-ao-assedio-e-trio-com-Larissa-Luz-Luedji-Luna-e-Xenia-Franca.html>>. Acesso em 07 jan. 2024.

6 Disponível em: <<http://www.mulheres.ba.gov.br/2019/06/2420/Campanha-com-foco-na-masculinidade-toxica-estimula-debate-nas-redes-sociais.html>>. Acesso em 08 jan. 2024.

7 O percurso metodológico foi delineado a partir de influências de uma situação mundial enfrentada a partir de crise sanitária (Covid-19), alterando a dinâmica global, relações interpessoais, de trabalho e de políticas sociais.

em entrevistas e análise de conteúdo (Bardin, 2011), os registros foram organizados em: Desenvolvimento da política pública e seus desafios, Ação Respeita as Minas e Elaboração das Campanhas e Educação. De modo a garantir a privacidade e confidencialidade das participantes da pesquisa, conforme recomendação do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP/UFBA), selecionamos nomes fictícios para cada agente. De forma intencional, escolhemos nomes de cantoras baianas: Maria Bethânia – Secretária de Políticas para as Mulheres e Sued Nunes – Assessora de Comunicação (usando somente o primeiro nome para facilitar na leitura do texto).

Após as unidades de registro, foi feito o processo de categorização e análise dos dados das entrevistas, sendo detectadas categorias, quais sejam: Políticas públicas e violências contra as mulheres (Categoria 1); O poder da comunicação (Categoria 2) com a subcategoria: Respeita as Mina e as representações das mulheres (Subcategoria A); Construção das campanhas para prevenção (Categoria 3), com a subcategoria: Educação como caminho (Subcategoria A). Levando em conta que a Categoria 2 perpassa por todas as outras referidas.

Categorias	Subcategorias	Descrição
Categoria 1: Políticas públicas e violências contra as mulheres	Sem subcategoria.	As políticas para as mulheres, o surgimento da SPM-BA e seu trabalho em rede de acordo com os Planos Nacionais e Estaduais.
Categoria 2: O poder da comunicação	Respeita as Mina e as representações das mulheres (Subcategoria A)	A criação da campanha Respeita as Mina e seu impacto na mídia. Outras ações desenvolvidas pela SPM e como as mulheres são representadas nos veículos midiáticos.
Categoria 3: Construção das campanhas para prevenção	Educação como caminho (Subcategoria A)	A elaboração das campanhas veiculadas na Bahia, de que forma a educação está presente.

Quadro 1 – Categorização e Descritores

Fonte: Adaptação das autoras para apresentar os resultados, a inferência e interpretação, 2023.

De acordo com a formação da SPM-PR, as políticas públicas de enfrentamento às violências contra as mulheres foram estendidas, incluindo ações de prevenção e de garantia de direitos. Com a Lei Maria da Penha, a assistência foi redimensionada e outros serviços ofertados além de Delegacias especializadas e abrigos. Para citar exemplos: centros de referência, defensorias e promotorias ou núcleos de gênero nos Ministérios Públicos, juizados especializados de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outros (SPM/PR, 2011).

O conceito de rede de enfrentamento à violência contra as mulheres que a SPM define, diz respeito à atuação articulada entre as instituições/ serviços governamentais, não-governamentais e a comunidade, visando ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção e de políticas que garantam o empoderamento das mulheres e seus direitos humanos, a responsabilização dos agressores e a assistência qualificada às mulheres em

A composição da rede busca lidar com a complexidade das violências contra as mulheres e do caráter multidimensional do problema, o qual atravessa áreas variadas, tais como: saúde, educação, segurança pública, justiça, assistência social, cultura, entre outros (SPM/PR, 2011). Antes da criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (2003), a atuação governamental não alcançava êxito em uma política de enfrentamento às violências.

A Categoria 1 aborda como as questões de gênero e raça estão inseridas nas “Políticas públicas e violências contra as mulheres” a partir da criação da secretaria. Revela a importância do trabalho em rede para a prevenção e combate. Expondo a premissa de que “encarar a violência contra as mulheres incomoda, pois desmascara a perversidade e o terror instaurados por essa estrutura patriarcal e exige mudanças” (Bandeira e Almeida, 2004a, p. 152).

Os marcadores sociais citados (raça e gênero) na Bahia são inegociáveis, tendo em vista que constituem dimensões sociais estruturantes da nossa realidade. Sabendo que a nível nacional, as mulheres são a maioria da população, os indicadores ainda revelam uma série de desigualdades em relação aos homens, como renda, emprego e moradia. Por existirem atribuições sociais diferentes, as representações vão formar a base para que se estabeleçam relações de desigualdade, que impactam negativamente as vidas das mulheres. Observa-se a incapacidade de considerá-los em suas especificidades e singularidades, o que resulta em desigualdades e discriminações - como as relativas à raça e etnia, orientação sexual, idade, religião, às mulheres com deficiência, do campo e da floresta, entre outras (Brasil, 2012).

Em 2008, o governo do estado da Bahia aderiu ao Pacto Nacional e estreitou a articulação com Tribunal de Justiça, Defensoria Pública e Ministério Público - com as áreas de segurança pública, saúde, assistência social e outras. A criação da SPM/BA implanta serviços especializados⁸ e organiza campanhas de combate às violências com o objetivo de promover políticas públicas voltadas para prevenção, combate e repressão deste fenômeno (Governo da Bahia, 2014).

A proposta estimava formação do Observatório da Lei Maria da Penha (Observe)⁹ cuja função seria monitorar e avaliar o processo de implementação e a aplicação da lei no país. Instalou-se em 2007, como instância autônoma da sociedade civil, a qual agrupava ONGs e núcleos de pesquisa universitários – liderado pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres (NEIM). Tendo em vista o “monitoramento engajado” fruto

8 Centros de Referência de Atendimento às Mulheres - CRAM, Núcleos de Atendimento à Mulher, Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, Núcleos de Defensoria Pública, Varas Especializadas em Violência Doméstica e Familiar, programas sociais como o Bolsa Família e serviços de proteção básica e especial nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS.

9 Funcionava sob a forma de consórcio e mesmo tendo um conjunto de instituições com perspectivas diferentes e suas próprias especificidades, compartilhava-se do mesmo objetivo (Tavares, 2016).

das lutas feministas, os dados coletados poderiam ser utilizados em outras iniciativas com caráter propositivo (Tavares, 2016).

O Observe desenvolveu estudos nas capitais brasileiras para acompanhar o processo de efetivação da Lei Maria da Penha, a partir da coleta, análise e publicação de informações e integrou a equipe que acompanhou a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Congresso Nacional para elaboração de um Dossiê sobre a Violência na Bahia em 2012 (Tavares, 2016, p. 112-113).

Ao criar a pasta, o Governo atendeu à reivindicação da luta feminista e de movimentos das mulheres. Em 2012, a Bahia ocupou o terceiro lugar em denúncias de violências contra as mulheres dentre as unidades federativas.

Os números precisam ser visibilizados para que se tenha não só o governo, mas a sociedade tenha dimensão exata do problema. (...) uma redução, você ter 29 feminicídios no mesmo período do ano passado teve 32. E? São 32 vidas perdidas. Os números frisam assim, não dizem muita coisa, mas são necessários para se chamar a atenção para o problema não pra se comemorar reduções de 10%, 18%, 20% não é isso (...) o objetivo não é esse (Sued, 2022, grifo nosso).

Em 2021, o painel de dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos apresenta a Bahia em quarto lugar no número de denúncias. Enquanto que no plano estadual publicado em 2014 foi mencionada a falta de êxito das políticas de enfrentamento que não inverteu os índices de crescimento das violências (Brasil, 2022). Consequentemente, as políticas públicas devem ser alcançadas num movimento, cuja dinâmica ao mesmo tempo em que convoca a participação de atores sociais diversos e setores da sociedade civil, também gere processos no interior do próprio Estado que sejam inovadores e pressionem um comportamento diferente de agentes institucionais (Bandeira e Almeida, 2004a).

Na entrevista, Maria (2022) avalia a secretaria no decênio de existência, advindo de uma divisão: “a para as mulheres, de promoção da Igualdade Racial e de Justiça e Direitos Humanos”.

Porque foi decisivo o movimento social, de mulheres, né? (...) as feministas, o feminismo para criação da secretaria de políticas para as mulheres, né? Não foi um processo apenas administrativo, o processo administrativo foi em decorrência do processo mesmo de mobilização, dos grupos de mulheres e do próprio movimento feminista aqui na Bahia (*ibid.*)

Atualmente, existem dois eixos fundamentais: o de enfrentamento às violências e de autonomia econômica e social das mulheres. Articula as políticas públicas com a perspectiva de gênero e denuncia o fato não serem neutras às essas questões e aos impactos desconformes em homens e mulheres (Bandeira e Almeida, 2004b).

Não basta você ter somente políticas transversais, porque (...) assim cada um faria o seu recorte de gênero. É mais que isso (...) **o que a gente chama de estratégia de gestão Respeita às Mina. (...) não é apenas uma campanha de sensibilização** (...)é preciso que políticas transversais, interseccionais estejam integradas e pra isso que existe organismo de política para as

mulheres que faz a integração dentro do governo (Maria, 2022, grifo nosso).

A “transversalidade de gênero” emergiu no contexto internacional dos movimentos de mulheres e feministas diante das respostas insuficientes dos Estados às reivindicações. Depois da elaboração de propostas e recomendações para melhorar a condição de vida das mulheres na primeira Conferência Mundial de Mulheres no México (1975), a maioria dos governos que se responsabilizaram não efetivaram plenamente. Embora as Conferências relativas aos nossos direitos acontecerem sucessivamente nos anos posteriores: Convenção para Eliminação de todas as formas de discriminação contra a Mulher (Cedaw, 1979), a Conferência Internacional sobre a Mulher, em Nairóbi (1985), a Conferência de Beijing (1995) e a de Beijing +5 (2000).

Reconhecida como transversalidade de gênero, na IV Conferência Mundial das Mulheres, em Beijing (1995), foi admitida em todas as ações vindouras. Desse modo, assegurou a inclusão do desenvolvimento do status das mulheres em todas as dimensões da sociedade – econômica, política, cultural e social –, com repercussões nas esferas jurídica e administrativa. Afetou outros eixos como: remuneração, educação, segurança e paridade nas decisões.

Ao falar do planejamento das ações da Secretaria, a entrevistada reforça as dificuldades enfrentadas, especialmente quando a gestão não faz mais parte dos governos Lula e Dilma.

Na área que muitas políticas são criadas para, com recursos próprios e enfrentar um quadro desfavorável de políticas nacionais que orçamentariamente é vergonhoso, né? O que tem acontecido: somente 38% do que foi liberado, do que foi empenhado, foi executado em âmbito nacional. Até tiraram isso do site porque o site permite que você vá lá e olhe, né? E tire suas conclusões (...) (Maria, 2022).

Com o objetivo de firmar a autonomia econômica e social das mulheres, a SPM-BA tem defendido a importância de ações em diálogo com uma economia feminista¹⁰. Partindo do pressuposto que há uma divisão sexual do trabalho baseada na desigualdade de gênero, em que mulheres estão nos trabalhos/ocupações subalternizadas.

Com vistas a sua autonomia econômica (...) porque é um fator importante para dar celeridade a própria superação da violência, que a mulher tenha independência, autonomia financeira. Mas que tenha visibilidade social, né? Que ela tenha autonomia para decidir (...) sobre empreendimentos da agricultura familiar, são de mulheres, mas pergunte se elas estão decidindo alguma coisa? Não estão, vai se reproduzindo a mesma característica (...) (Maria, 2022).

10 No âmbito socioeconômico a economia feminista dedica-se a revelar os efeitos perversos da assimetria entre gêneros. Sendo constatada tanto na falta de equidade nas oportunidades no mercado de trabalho como na desafagem dos ganhos econômicos obtidos pelas mulheres comparados com aqueles auferidos por homens na mesma função/formação (FERNANDEZ, 2018).

A CONSTRUÇÃO DAS CAMPANHAS E O IMPACTO PARA PREVENÇÃO DE VIOLÊNCIAS

A Categoria 2 nomeada “O poder da comunicação” apresenta como os meios utilizados nas ações/campanhas da Secretaria conseguem impactar as políticas públicas através dos recursos midiáticos – e suas linguagens distintas. São ferramentas e espaços essenciais para possibilitar que o campo – comumente restrito a atores institucionais que participam do processo decisório - ganhe visibilidade. Sendo assim, permite que a população tenha mais informações, além de poder atuar em alguma etapa do ciclo (Penteado e Fortunato, 2015).

Acerca dos índices alarmantes de violência, a entrevistada aborda sobre o marco legal importante que existe no Brasil relacionado ao tema. “A grande questão não é ampliar as medidas punitivas mais, porque elas já estão aí. A violência contra mulher é crime. (...) na área da violência a gente tem buscado dar esse enfoque de que é preciso mudar uma cultura, né?” (Maria, 2022). Então, é possível avaliar que na construção de campanhas de enfrentamento o enfoque procura contrapor a estrutura que meninas e mulheres estão inseridas, as quais geram consequências graves. “(...) a Bahia não é exceção dessa cultura do estupro” (*ibid.*).

O que também não significa que, de maneira direta, todos os homens sejam estupradores, nem que todos os seres humanos sejam diretamente responsáveis pela prática do estupro, mas que, de muitas maneiras, a cultura do machismo e da misoginia contribui para a perpetuação desse tipo de violência focada, principalmente, contra a mulher. (...) Relatos sobre casos de estupro acontecem nos mais variados ambientes, desde o temido beco escuro onde todas as mães instruem suas filhas a não transitarem, até mesmo o grande número de incidências ocorridas dentro da ‘pretensa casa segura’ da vítima (Sousa, 2017, p. 10-11).

As iniciativas em prol do combate às violências refletem a agenda dos movimentos e organizações feministas, sendo as campanhas publicitário-midiáticas maneiras de alcance social.

(...) A gente aqui costuma relacionar muito que é uma sociedade que tá com base (...) em alguns pilares que é a desigualdade social, o racismo estrutural e a desigualdade de gênero (...) o patriarcado nada dentro desse sistema que a gente vive (...) o fato em si não é a existência desses pilares, mas a própria relação entre eles onde está assentada essa cultura que reproduz tudo isso (...) **não considero somente como campanhas publicitárias, são ações de sensibilização.** Porque se você entende essa lógica (...) de como se procede a reprodução dessa cultura, você transforma essa realidade (...) as políticas públicas têm que ter com base a realidade, onde você enfrenta uma cultura do estupro (Maria, 2022, grifo nosso).

A subcategoria A “Respeita as Mina e as representações das mulheres” tem como análise levando em conta que o ponto de partida é a sensibilização da população que recebe em diversos meios de comunicação, as campanhas citadas, a entrevistada explica

que não são “ações (...) que esteja voltada somente pra dizer que é, que vamos punir” (Maria, 2022). O trabalho é articulado visando trazer as causas das violências, o que resulta na ação Respeita às Mina que surge na Bahia em campanha contra o assédio iniciada em 2017.



Figura 3 - Logomarca Respeita as Mina

Fonte: Site da SPM-BA (2023)

(...) que depois ganhou um corpo nacional, tem hoje 2 músicas, vários times de futebol daqui e de fora também adotaram. **Hoje o Respeita às Mina é uma marca importante, né? (...) tem a ver muito com a violência, é tipo assim, quando ouve “não é não”, né?** Quando você fala “Respeita as Mina” é muito identificado com a campanha de sensibilização contra o assédio, algo que partiu daqui, né? No carnaval de Salvador (Maria, 2022, grifo nosso).

(...) Então, todas as ações do eixo de enfrentamento a violência ficou nesse guarda-chuva como ela fala Respeita as Mina, acabou virando um lema, ultrapassando, é um tema que a gente usa cotidianamente, começou como uma campanha de carnaval e foi avançando (Sued, 2022).

A SPM-BA constitui o núcleo gestor que interliga ações transversais do governo. Existe uma relação estreita com outros órgãos, promovendo trabalho em rede e enfrentando as violências na Bahia. A campanha do carnaval de 2017 primou pela comunicação com mulheres jovens, conectadas às redes sociais. Com o desenvolvimento acelerado dos meios de comunicação e a convergência tecnológica, a capacidade de intervenção da mídia nas atividades humanas foi amplificada, inserindo-se no cotidiano em diferentes formatos, seja como fonte de trabalho, informação, entretenimento e/ou mecanismo interação social (Penteado e Fortunato, 2015).

Em 2018, a campanha ganha apoio da ONU Mulheres e amplia as ações no circuito Barra-Ondina e Pelourinho, contando com auxílio do trio Respeita as Mina, puxado pelas cantoras baianas Pitty, Larissa Luz e Karina Buhr. A SPM-BA consolida uma parceria indispensável com a Associação Baiana da Indústria de Hotéis (ABIH), pretendendo sensibilizar turistas sobre questões de violência de gênero e tráfico de mulheres (ONU Mulheres Brasil, 2018).



Figura 4 - Campanha aborda diferenças entre paquera e assédio

Fonte: Site da ONU Mulheres Brasil (2018)¹¹

O mote da campanha foi apresentar a diferença entre o assédio e a paquera saudável, além de abordar junto a homens e mulheres um dos tipos de violência (assédio). Confirma a parceria com a pasta da Segurança Pública e rede de atenção às mulheres (ONU Mulheres Brasil, 2018). A escolha das mulheres que estampam a campanha revela as imagens de feminilidade que nos cercam diariamente, as quais criam discursos acerca do que significa ser feminino na nossa cultura.



Figura 5 - Campanha aborda diferenças entre paquera e assédio (parte 2)

Fonte: Site da ONU Mulheres Brasil (2018)¹²

(...) não é surpreendente que um dos pontos da crítica feminista tenha sido a sua preocupação em analisar e desconstruir o modo como as representações visuais produzem e despertam significados e fazem circular ideologias acerca do que é, e do que deve ser, a mulher. Neste âmbito, a publicidade tem sido um foco particular de lutas e ataques, por se assumir como um dos mais relevantes discursos visuais da cultura popular (Mota-Ribeiro, 2013, p. 3).

Ao analisar as figuras 4 e 5, destaca-se a escolha da mulher negra com o cartão verde e a mulher branca com o vermelho (paquerar *versus* constranger). Tendo em vista que o Atlas da Violência de 2021, elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) em parceria com o Instituto de Economia Aplicada (IPEA) em parceria do Instituto Jones dos Santos Neves, em 2019, 66% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras. Para cada mulher não negra morta, morrem 1,7 mulheres negras.

“Essa tendência ocorre há vários anos, mas o que a análise dos últimos 11 indica é que a redução da violência letal não se traduziu na redução da desigualdade racial” (Fórum

11 Disponível em: <<https://www.onumulheres.org.br/noticias/com-apoio-da-onu-mulheres-bahia-faz-campanha-contra-a-violencia-de-genero-no-carnaval/>>. Acesso em 10 jan. 2023.

12 Disponível em: <<https://www.onumulheres.org.br/noticias/com-apoio-da-onu-mulheres-bahia-faz-campanha-contra-a-violencia-de-genero-no-carnaval/>>. Acesso em 10 jan. 2023.

Brasileiro de Segurança Pública, 2021, p. 38). A condição de subordinação e inferioridade que recai às mulheres negras – não só na Bahia, mas no Brasil – condiciona como destino serem vistas como artigos/objetos sexuais. Consequentemente, impulsiona a premissa de algumas são para vida pública, trabalho/prazer e outras para vida privada, cuidar do marido/família, respectivamente negras e brancas.

Com o advento da pandemia de COVID-19 foi decisiva na criação de uma ferramenta da secretaria para área das violências: o Zap Respeita as Mina (71 3117 2815). Em 2020, surge *com objetivo de oferecer orientação nos casos, mas não para substituir o Ligue 180. É equipamento que integra a rede de enfrentamento e segundo a entrevistada, uma conquista da secretaria.*

(...) passou a atender aquela faixa de mulheres que está com agressor em casa e que não pode fazer ligação, nem pode ir até uma delegacia. Então o que fazer para pedir socorro? Para pedir orientação? A gente apostou em tecnologia e hoje chega pra pessoa numa forma bem simples que é um número de Zap. Mas por trás dali tem toda uma inteligência artificial, chatbot (...) se a pessoa digita “Socorro” ela tem acesso a atendentes em tempo real que são qualificados pela Secretaria de Políticas para as Mulheres e atuam junto com a polícia para enviar uma viatura mais próxima para retirar o agressor de dentro de casa (Maria, 2022).

A existência de violências e discriminação antecede a crise sanitária vivenciada, porém, teve reforços com a desestruturação das políticas voltadas para as mulheres em situação de vulnerabilidade e no cenário de confinamento. Isto significa que os casos cresceram e indicavam necessidade de medidas no sistema de justiça e rede de proteção. Nas restrições de muitos espaços públicos que serviam de amparo e assistência, a pandemia determinou a hiperconvivência doméstico-familiar agravando índices de sofrimento, conflitos e adoecimentos (Teixeira e Cavalcanti, 2021).

(...) a rede antes basicamente era uma rede de poucas delegacias especializadas, ainda começando. (...) nós ampliamos os núcleos que se chamam NEAM porque quando não é possível fazer a delegacia, faz um núcleo pelo menos que o município possa ter. Para atender e qualificar, qualificando mais a rede. (...) o Centro de Referência de Atendimento às Mulheres a gente ampliou bastante. Criou a Ronda Maria da Penha (...) muita gente pensa que a ronda é algo que fica rondando assim, não é, cuida de mulheres com medidas protetivas, mulheres que tem uma classificação de risco (Maria, 2022).

O ZAP Respeita as Mina (2022) fez mais de 7 mil atendimentos. Tendo 75% de atendimento para capital baiana, com chamadas originárias de 129 bairros, e 25% do interior do estado. Outro dado importante revela que mais de 40% das mulheres que acessaram no ano passado estão na faixa etária dos 18 aos 25 anos e 31% do total têm ensino superior completo. No que diz respeito às informações, em 2022 correspondeu 63% do total de mensagens. Enquanto as denúncias representaram 23% e os casos urgentes 3% dos acessos. A ferramenta foi criada prioritariamente para situações de violência doméstica e familiar. A porcentagem de satisfação com atendimento chega em 90% - provando ser uma boa aliada – e já acionada por outros estados (SPM-BA, 2023).

Resultado de uma parceria entre as Secretarias de Políticas para as Mulheres (SPM) e Segurança Pública (SSP), o Zap oferece também às usuárias orientações e informações, desde como e onde fazer uma denúncia, como conseguir uma medida protetiva de urgência, o que fazer em caso de violência física e sexual até orientações e informações sobre a Lei Maria da Penha e legislações correlatas (SPM-BA, 2023).

Uma das entrevistadas, ressaltou a importância de ter uma linguagem que chegue às mulheres e destaque aquelas com situação mais vulnerável diante dos índices anuais. “(...) mulher negra que mais está, todas nós estamos, mas, a mulher negra em especial (...) **ainda mais vulnerável exatamente por ser essa intersecção entre gênero, raça, classe**” (Sued, 2022, grifo nosso).

(...) a gente criou quatro faces de mulheres do Respeita as Mina, sendo que três delas sugerem mulheres, são de mulheres negras e a que a gente mais usa é a face roxa, né? (...) é uma mulher black, então a gente, a cada campanha é sempre discutido um pouco como abordar, não só no carnaval não, nos outros dias de ativismo, etc (Sued, 2022).

O uso da imagem de mulheres como representação da ação precisa transpor lógicas racistas e/ou sexistas, trazendo viés educativo, evitando tokenismo. “(...)prática que visa a inclusão simbólica de minorias, a fim de criar a ideia de que esses grupos estão sendo representados de forma igualitária” (Rosario, Gomes e Tomé, 2022, p. 5). Sued informa como a logomarca ganha contornos e dimensões em espaços públicos “(...) a imagem da SPM hoje é muito associada aquela carinha do Respeita as Mina”.

Outra iniciativa promovida em parceria com a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (Sepromi), é uma série de ações no Julho das Pretas¹³ que celebra o 25 de Julho (Dia Internacional da Mulher Negra Afro Latina Americana e Caribenha) tem o nome patenteado e por causa disso “(...) a gente passou a usar o Respeita as Pretas sempre fazendo um *link* com a campanha Respeita as Minas” (Sued, 2022).



Figura 7 - Julho Respeita as Pretas

Fonte: Site da Secretaria de Políticas para as Mulheres – BA (2022)¹⁴

¹³ É uma ação de incidência política e agenda conjunta e propositiva com organizações e movimento de mulheres negras do Brasil, voltada para o fortalecimento da ação política coletiva e autônoma das mulheres negras nas diversas esferas da sociedade (INSTITUTO ODARA). Disponível em: <<https://institutoodara.org.br/julho-das-pretas/>>. Acesso em 02 fev. 2023.

¹⁴ Disponível em: <<http://www.mulheres.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=40>>. Acesso em 12 de

A figura 7 assinala urgência na direção de integração de mulheres negras/pretas como diretriz de transformação social. Assim, com a eliminação do racismo, o heterossexismo e as violências que fazem parte de sua história e justificativa, tendo suas vozes verdadeiramente escutadas. A Categoria 3 “Construção das campanhas para prevenção” esteve presente nas entrevistas. Tendo em vista que as questões salientadas pelos veículos de comunicação recebem validação no debate público, isso faz com que haja pressão sobre a ação governamental, que precisa dar respostas às demandas populares (Penteado e Fortunato, 2015).

Logo a maneira que as ações são planejadas influencia na forma que recebemos essas imagens, campanhas e representações nas mídias. Isto posto, quem está envolvido nesse desenvolvimento “(...) nós temos técnicas da secretaria que planejam as ações, mas essas ações (...) passam pelo próprio conselho dos direitos das mulheres” (Maria, 2022). Contudo, na entrevista foi explicado que nem sempre é possível passar devido à complexidade da rede.

(...) tem o Grupo Gestor Intersetorial de Políticas para as Mulheres (GGIPM), composto por diversas secretarias (...) tem estratégia de que **não basta ter políticas transversais, transversais e interseccionais, é preciso ter políticas e integrar isso** (Maria, 2022, grifo nosso).

Existia um diálogo direto com a secretária que mesmo não sendo da área publicitária, tem uma participação ativa nas construções “(...) ela faz questão de um contato direto (...) de um briefing, para que antes ela veja, e, aprove” (Sued, 2022). Ademais, normalmente envia diretrizes para a equipe do que está pensando para aquela ação ou campanha. São discutidas com as agências e seguem processos de aprovação e execução, contando com pequena equipe de web designer, jornalista, publicitária e responsável técnica. “A gente tenta, nem sempre a gente consegue aprovação (...) não por conta do conteúdo não, por questões de recursos mesmo (...)” (*ibid.*).

A análise da subcategoria A “Educação como caminho” aborda a perspectiva do sentido de orientar e informar presentes nas peças publicitárias. “(...) não se reduz a uma campanha de carnaval (...) então, é sempre uma campanha educativa”. A entrevistada afirma existir o intento de sensibilizar as pessoas para acontecimentos cotidianos que são naturalizados, insistindo na ideia de que “(...) se você não chama a atenção (...) pessoas não se dão conta de que estão vivendo uma situação de violência (...)” (Sued, 2022).

(...) **o processo educativo é em tempo inteiro.** A gente sempre pensa com intenção de orientar, informar (...) os adesivos são usados nas ações da SPM (...) os nossos folders informativos de combate à violência, a gente traz a distribuição dos tipos de violência previstos na Lei Maria da Penha (Sued, 2022, grifo nosso).

Segundo bell hooks (2013, p. 22) “(...) para nos comunicar melhor, escolhemos um jeito de falar determinado pelas particularidades e características únicas das pessoas a

quem e com quem estamos falando”. Isto posto, possui uma grande influência dependendo do formato utilizado nas ações.

(...) essa perspectiva da educação está presente quando a gente pensa, no sentindo mesmo de orientar. Costumo dizer assim: Gente, eu não tinha ideia (...) anos atrás, do que era uma violência patrimonial, que é uma coisa tão comum de você passar nos relacionamentos. (...) (Sued, 2022).

A partir do sucesso obtido no carnaval de Salvador, outras iniciativas começam a ser pensadas e articuladas para acontecerem não somente nos grandes eventos – como festas – mas também em outros formatos. O Programa Quem Ama Abraça saiu da esfera federal, sendo mantido na Bahia com recursos próprios, discutindo “(...) com educadores como enfrentar a questão da violência, como abordar a questão da violência contra as mulheres nas salas de aula” (Maria, 2022).

Num país onde falar na palavra gênero pelo atual governo, é quase que nem gênero alimentício ele quer que fale na sala de aula. (...) visa dar uma saída pra que, como o educador/educadora tratar da questão da violência em sala de aula. A campanha Respeita às Mina envolve palestras, ações, sensibilização, caravanas ao interior, etc. (Maria, 2022).

Diante dos avanços tecnológicos, o uso das redes sociais nas campanhas publicitário-midiáticas vem crescendo expressivamente, logo, amplia o resultado esperado das políticas para as mulheres. Fomentando o projeto chamado “Compre das Mina” que consiste num catálogo que reúne serviços e produtos feitos por mulheres/empreendedoras. Arelado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU¹⁵ sobre Igualdade de Gênero que visa “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas” (IPEA, 2023).

(...) as redes sociais possibilitam que você chegue mais próximo, já pensou se a gente só se tivesse o contato por jornal, rádio, TV que é caríssimo (...) de certa forma lhe limitaria muito porque se você não tivesse recurso pra fazer desse porte, você tava impossibilitado. No máximo bota ali num jornal impresso uma chamadinha que só as pessoas que tivessem acesso aquele jornal, leriam. Então (...) sem dúvida alguma contribuem muito para você divulgar um conteúdo para um número maior de pessoas (Sued, 2022).

O planejamento das ações executadas pela SPM-BA busca a sensibilização da comunidade, como também a qualificação da rede de atendimento às mulheres no Estado, unindo “(...) governo e sociedade para enfrentar esse problema grave que é o desafio não só da violência, mas da desigualdade de gênero” (Maria, 2022).

Enfim, a ênfase da educação crítica na pedagogia dialógica e o foco da interseccionalidade na relacionalidade tratam de um tema semelhante: navegar pelas diferenças é parte importante do desenvolvimento da consciência crítica, tanto para indivíduos como para as formas de conhecimento (Collins e Bilge, 2020, p. 221-228)..

15 Disponível em: < <https://www.ipea.gov.br/ods/ods5.html>>. Acesso em 10 fev. 2024.

NA CONTRAMÃO DAS VIOLÊNCIAS: QUANDO A ESPERANÇA VIRA VERBO

Andar na contramão das violências contra as mulheres é não pactuar com a naturalização do fenômeno que se retroalimenta de forma brutal na Bahia e no Brasil. Seguir na defesa de que são construções educativas irão transformar de modo eficaz a realidade que vivemos. Portanto, apostar que a prevenção das violências pode encontrar nas campanhas publicitário-midiáticas, um terreno fértil e frutífero, de acordo com os avanços das mídias e suas relações no cotidiano.

Abordar as formas de representação das mulheres nos diversos espaços, com caracterizações generalizadas ou superficiais, precisar seguir como uma preocupação feminista para contrapor os estereótipos e universalização de um modelo cis, branco e heterossexual do gênero. Levando em conta que a feminilidade e a masculinidade são determinadas pela cultura e um dos locais dessa construção social é, fundamentalmente a mídia, que apresenta imagens, práticas e atitudes nas quais aprendemos a nos encaixar (Silveirinha, 2004).

As campanhas possuem um potencial de alcançar pessoas em seus territórios de formas distintas, visando recursos como outdoor, rádio, televisão, podcast e outras linguagens. Há efeito positivo e, através das imagens e discursos que circulam no cotidiano, podem suscitar reflexões e tomadas de consciência fundamentais para o desenvolvimento coletivo de iniciativas eficazes para o combate. A expansão dessa via de informação pode favorecer ainda mais denúncias e políticas eficazes na rede de atenção. Promover acesso à justiça social e à cidadania, combater opressões e gerenciar instituições vai mais além de transversalizar ações. Depende de marcos legais fortes, políticas bem desenhadas e avaliadas, além de continuidade e fortalecimento das etapas já cumpridas.

A investigação elaborada diante das entrevistas favoreceu constatação de como a interseccionalidade é uma ferramenta analítica pouco compreendida pelas agentes institucionais e de comunicação. Não ponderando que essas categorias se sobrepõem e por isso funcionam de maneira unificada. Haja visto que as mulheres negras elaboram e usam como respostas aos desafios experienciados, contrapondo decisivamente a universalização do ser mulher. Sendo assim, pode identificar, avaliar, dar respostas e potencializar o ativismo por essa ótica (Collins e Bilge, 2020).

Examinando as entrevistas detalhadamente e buscando ampliar as percepções, percebemos convocações para dialogar com outras referências. Diante de referências feministas e antirracistas, inter e transdisciplinaridade favorecem à reunião de metodologias e agendas mais consistentes e efetivas. As estratégias para o enfrentamento às violências contra às mulheres no âmbito federal e estadual dependem de integração em múltiplas redes (sociais, interinstitucionais, em esferas públicas e privadas, a partir e sob influências de pesquisas acadêmicas e associadas). Reconhecer, entretanto, que a incorporação da agenda de gênero em políticas públicas foi e é fruto de lutas e lutos feministas. Entre

urgências e emergências (de outras crises e contextos), cada ponto realça as instâncias executivas, avaliativas e de longa duração.

Os avanços obtidos nesse caminho de altos e baixos são resultados de diálogos e manifestações, das inquietações e silêncios experimentados. Por aquelas que vieram antes, as que estão no presente e as que irão chegar no futuro – esperamos compromisso, ação e firmeza. Que a nossa capacidade de reinvenção e de existência plural seja incorporada cotidianamente e rumo às transformações sociais que sobrepõem os tempos e estações.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, L.M.; ALMEIDA, T.M.C. Políticas públicas destinadas ao combate da violência contra as mulheres – por uma perspectiva feminista, de gênero e de direitos humanos. In: BANDEIRA, L.; ALMEIDA, T. M. C. D.; MENEZES, A. M. D. Violência Contra as Mulheres: A Experiência de Capacitação das DEAMs da Região Centro-Oeste. Brasília: **Cadernos Agende**, v. 5, p. 147-172, 2004a.

_____. Políticas públicas e violência de gênero: uma discussão com base na rotina das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) da região Centro-Oeste. In: BANDEIRA, L.; ALMEIDA, T. M. C. D.; MENEZES, A. M. D. (.) Violência Contra as Mulheres: A Experiência de Capacitação das DEAMs da Região Centro-Oeste. Brasília: **Cadernos Agende**, v. 5, p. 35-52, 2004b.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**. GOV.BR, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/painel-de-dados/2021>>. Acesso em: 12 mai. 2024.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2011. 74p.

CABRAL, E. M.; VIEIRA, C. M. C. TÉCNICAS QUALITATIVAS DE PRODUÇÃO DE DADOS: CARACTERÍSTICAS E PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO. **Revista de Ciências Humanas e Artes**. Campina Grande, v20, n. 1, p. 98-124, jan./jun. 2014.

CAVALCANTI, V. R. S. Violência(s) sobreposta(s): Contextos, tendências e abordagens num cenário de mudanças. In: DIAS, I. (.) **Violência doméstica e de gênero**: Uma abordagem multidisciplinar. Lisboa: Pactor, 2018. p. 97-122.

_____. SILVA, A. C. Em que ponto estamos: urgências, emergências e pautas de educação e direitos humanos. In: GUIMARÃES, F. et al. **Direitos Humanos**: Desafios e perspectivas no mundo contemporâneo. Campina Grande: Ed. UEPB, 2018. p. 114-124.

_____. ENTRE A HISTÓRIA E O VALOR: UMA PERSPECTIVA CRÍTICA DOS DIREITOS HUMANOS. **Rev. FAPAD**, Curitiba-PR, v. 1, p. 01-19, out 2021. ISSN 2764- 2313.

COLLINS, P. H; BILGE, S. **Interseccionalidade**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da Violência**. FBSP, IPEA, IJSN. São Paulo, p. 104. 2021. (2764-0361).

FOX KELLER, E. Qual foi o impacto do feminismo na ciência?. **Cadernos Pagu**, n. 27, p. 13–34, jul. 2006.

GOVERNO DA BAHIA. **PLANO ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES 2013-2015**. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Salvador, p. 88. 2014.

IPEA. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. **Site do Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada**, 2023. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/ods/ods5.html>>. Acesso em: 12 mai. 2024.

hooks, B. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

LOBO, J. C. Uma outra pandemia no Brasil: As vítimas da violência doméstica no isolamento social e a incomunicabilidade da dor. **Revista de Antropologia e Arqueologia**, Pelotas, v. 8, n. 1, p. 20-26, jan-jun 2020.

MORAES, D.; RAMONET, I.; SERRANO, P. (orgs). **Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação**. São Paulo: Boitempo, 184 p., 2013.

MOTA-RIBEIRO, S. Corpos visuais: imagens do feminino na publicidade. In: MACEDO, A. G.; GROSSEGESSE, O. **Re-presentações do corpo**. Braga: Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, 2003. p. 115-132.

NOGUEIRA, E.; SIMÕES, E.; SANI, A. Análise de campanhas publicitárias Institucionais no combate à violência doméstica. **Estudos em Comunicação**, n. 35, p. 1-25, dez. 2022.

ONU Mulheres Brasil. **ONU Mulheres**, 2018. Disponível em: <<https://www.onumulheres.org.br/noticias/com-apoio-da-onu-mulheres-bahia-faz-campanha-contr-a-violencia-de-genero-no-carnaval/>>. Acesso em: 12 mai 2024.

PENTEADO, C.; FORTUNATO, I. Mídia e políticas públicas: Possíveis caminhos exploratórios. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 30, n. 87, p. 129-142, fev 2015.

ROSARIO, L. G. B. R.; GOMES, M. T. P. C. M.; TOMÉ, D. L. Entre a sub-representação e o tokenismo: Uma análise do gênero e da raça nas eleições de 2020 na cidade do Rio de Janeiro. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, Curitiba, v. 13, n. 1, p. 4-21, ago 2022. ISSN 2236-451X.

SILVA, V. D. V. As contribuições de Heleieth Saffioti para os estudos de gênero na contemporaneidade. **Feminismos**, Salvador, v. 7, n. 1, p. 17-25, abr 2019.

SILVEIRINHA, M. J. Representadas e Representantes: as mulheres e os Media. **Revista Media e Jornalismo**, Coimbra, n. 5, p. 9-30, set/mar 2004. ISSN 2183-5462.

SPM/PR. **Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República. Brasília, p. 74. 2011.

SPM-BA. Masculinidade tóxica é tema de campanha do Governo da Bahia. **Políticas para as Mulheres**, 2019. Disponível em: <<http://www.mulheres.ba.gov.br/2019/05/2408/Masculinidade-toxica-e-tema-de-campanha-do-Governo-da-Bahia.html>>. Acesso em: 12 mai. 2024.

_____. Zap Respeita As Mina realiza mais de sete mil atendimentos nos últimos dois anos. **Secretaria de Políticas para as Mulheres**, 2023. Disponível em: <<http://www.mulheres.ba.gov.br/2023/01/3658/Zap-Respeita-As-Mina-realiza-mais-de-sete-mil-atendimentos-nos-ultimos-dois-anos.html>>. Acesso em: 12 mai. 2024.

TAVARES, M. S. Apresentação - Políticas de enfrentamento à violência contra a mulher: 10 anos da Lei Maria da Penha. **Revista Feminismos**, Salvador, v. 4, n. 1, p. 112-115, jan- abr. 2016.

TEIXEIRA, M. R. R.; CAVALCANTI, V. R. S. Violências sobrepostas na pandemia: o machismo que mata, as agendas e os enfrentamentos no Brasil. In: CAVALCANTI, V.R.S. **Inovação e Gênero**: em busca de um mundo inclusivo. Ponta Grossa: Atena, 2021, pp. 1-14.

VERGÈS, F. **Uma teoria feminista da violência**. São Paulo: Ubu Editora, 2021.